



O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM MOSSORÓ – RN:

uma reflexão necessária

Carla Yara Soares de Figueiredo Castro¹

Maria Ivonete Soares Coelho²

Gilcélia Batista de Góis³

RESUMO

A urbanização e as suas implicações na vida social da população tem sido objeto de estudo nas diversas áreas do conhecimento. Com o crescimento deste fenômeno, principalmente na transição do século XX para o XXI, quando este se adensa, diversas áreas e profissões dedicaram-se a estudá-lo e investigá-lo compreendendo-o como uma Questão Social, ou, expressões da mesma, nos países em desenvolvimento, inclusive sob a perspectiva da sustentabilidade. É sobre estas temáticas que trataremos no presente trabalho, interrelacionando-as com a discussão sobre a implementação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento local sustentável, tendo como locus Mossoró-RN.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Urbanização. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The urbanization implying in the social life of the population has been an object of study in diverse areas. From the growing of such phenomenon, mainly from the century XX to the century XXI, as the twentieth century goes by, several areas and professions devoted to study it as well as to investigate it, seeing it as a Social Cause, or expressions of it, in the countries in development, as a matter of fact, under the sustenance perspective. Concerning those subjects, the work was carried out relating such subjects to the discussions about the public policy implements directed to the sustenance local development, being the work accomplished in Mossoró-RN.

Key words: development. Urbanization. Sustenance.

1 INTRODUÇÃO

A cidade se transformou em um fenômeno global, conforme afirma Veiga, “no início do século apenas 10% da população mundial vivia em cidades”. A ONU estimava que até o ano 2000 a cifra teria subido para 61% (1993, p. 02). Hoje (2006), a população mundial vivendo nas cidades chega a 3,2 bilhões de pessoas representando mais de 50% da população mundial.

¹ Mestre pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UFRN.

² Mestre pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.- UFRN

³ Mestre pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.- UFRN

Portanto, a relevância das análises da problemática urbana na atualidade e sua relação com o espaço rural, associada às discussões sobre os caminhos do desenvolvimento econômico e social do planeta Terra.

2 O COMPLEXO DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE URBANA: as implicações da relação campo x cidade

Nos três últimos lustros, verifica-se, com maior intensidade, a preocupação com a explosão urbana e os impactos que o modelo capitalista industrial impõe ao meio ambiente. Assim, as análises do quadro sócio-ambiental na sociedade contemporânea revelam que o impacto das ações humanas sobre o meio ambiente está se tornando cada vez mais complexos, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo. Deve-se, todavia, compreender que o meio ambiente é finito, ou seja, possui limites, e não condiz com o nível tecnológico e com o padrão de consumo da sociedade moderna.

Um dos grandes desafios colocados à sociedade neste início de século, refere-se à proteção ambiental e ao, acesso da população aos bens e recursos, bem como, à possibilidade de um desenvolvimento sócio-espacial nas cidades, considerando principalmente, parcela da sociedade advinda do espaço rural.

Encontramos duas correntes que abordam esta questão, notadamente a partir dos anos de 1970: a primeira, o trabalho do Clube de Roma, estudo publicado em 1972, sob o título de “Limites do Crescimento”, que propõe como saída para o alcance da estabilidade econômica e ecológica o congelamento do crescimento global e do capital industrial, indicando, assim, o controle demográfico. A segunda corrente está relacionada com a crítica ao modo contemporâneo de vida, que se difundiu a partir da Conferência de Estocolmo em 1972 (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

Essas reflexões remetem ao conceito de Ecodesenvolvimento ou Desenvolvimento Sustentável, pois ele apresenta-se imprescindível quando tratamos da política de desenvolvimento urbano e como alternativa para o enfrentamento da crise ambiental, particularmente nos países periféricos.

Inicialmente denominado de ecodesenvolvimento e, posteriormente, de desenvolvimento sustentável, este conceito (eco-desenvolvimento) foi tratado primeiramente por Maurice F. Strong em 1973, que o utilizou para caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento. Na literatura especializada, tornou-se conhecida após ter sido usada pelo documento Estratégia Mundial para a Conservação (EMC). Em 1987, o conceito é aperfeiçoado no Relatório Nosso Futuro Comum, também chamado de Relatório Brundtland, que enfatiza a relação economia e meio ambiente e a interdependência

existente entre preservação da natureza e o desenvolvimento.

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (CAVALCANTE, 1995, p. 33).

Esta nova abordagem remete à busca de um novo modelo de desenvolvimento atado à defesa da melhoria da qualidade de vida da população e da preservação dos recursos do planeta, tendo em vista procurar conciliar métodos de proteção ambiental, equidade social e eficiência econômica, promovendo, assim, a inclusão econômica e social dos indivíduos aos circuitos de produção, cidadania e consumo.

É salutar destacar que esta concepção não é hegemônica, existem diversos posicionamentos a respeito deste novo paradigma, a grande maioria assume um discurso crítico ao modelo capitalista, porém, o que tem prevalecido são propostas de reestruturação do modo de produção capitalista e não a sua ruptura.

Apesar das iniciativas como a Conferência sobre Meio Ambiente em 1972 e da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente (Eco-92) realizada no Rio de Janeiro/Brasil, apresentam avanços ainda incipientes, pois continuam a devastação ambiental e mais alarmante, a degradação das condições de vida humana, expressa, sobretudo na agudização da Questão Social e suas múltiplas manifestações.

A Eco-92, também denominada de “A Cúpula da Terra”, teve como produto a confecção do documento conhecido como Agenda 21 mundial, um plano de ação que o Brasil é signatário, o qual trata de temas como igualdade de direitos, educação, desenvolvimento e planejamento participativo, que deve materailizar-se nas esferas federal, estadual e municipal.

Entretanto, no Brasil parcela diminuta de municípios produziu sua própria Agenda, o desenvolvimento mundial continua incompatível com os princípios do Desenvolvimento Sustentável.

Na análise de Sachs (1997), a questão urbana e a questão ambiental precisam ser reorientadas, visto que são elementos fundamentais na busca de um desenvolvimento em bases sustentáveis. O mesmo autor, propõe algumas iniciativas importantes para a formulação de um projeto alternativo de desenvolvimento, pautado no tripé: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. Para tanto, ele elenca cinco dimensões da sustentabilidade, quais sejam: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

No caso específico da sustentabilidade espacial, ele propõe uma configuração rural-urbana mais equilibrada, com repartição das atividades. Para isso, segundo o autor,

seria necessário entre outras medidas, reduzir a concentração nos espaços urbanos e promover a agricultura que possibilitasse a fixação do homem no campo.

Esse novo modelo de desenvolvimento deverá conter portanto, um aspecto multidimensional, pois abrange não só as necessidades materiais da população, mas também as não materiais.

Segundo Sachs,

o objetivo é construir uma civilização do ser, em que exista maior equidade na distribuição do ter e de renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população e de reduzir a distância entre padrões de vida de abastados e a reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não abastados (1997, p.35).

3 AS INFLEXÕES DAS AÇÕES ANTRÓPICAS NO ESPAÇO URBANO: algumas considerações

Nos primórdios da humanidade, os primeiros grupos humanos existentes limitavam-se à produção doméstica, ou seja, caçavam, pescavam, catavam frutas e raízes apenas em quantidade que atendesse a sua subsistência. Verifica-se, nesse momento, uma relação conflituosa homem x natureza, pois ela era tratada como “inimigo” a ser vencido. Entretanto, a natureza não era algo externo ao homem. Ao contrário, existiam laços de dependência e de interação.

Paulatinamente, com o desenvolvimento humano e com o aprimoramento das técnicas que viabilizavam a produção de um excedente, acelerou-se, a apropriação e manipulação dos recursos vegetais e animais. Mas, até então os impactos causados à natureza eram insignificantes.

É com a Revolução Industrial e o advento do modo de produção capitalista que se intensifica a ação humana sob a natureza, provocando impactos significativos no planeta Terra como, por exemplo, a poluição do ar, do solo, da água, o aquecimento global, a extinção de espécies animais e vegetais. O ritmo intenso e acelerado da intervenção do homem tem provocado desequilíbrios não mais pontuais, mas sim, em escala global.

Convém citar, aqui, Buarque: “os efeitos perversos e pouco inteligentes do processo econômico podem ser observados nos dois lados de sua ação: na degradação com extinção e esgotamento, e na poluição ambiental que também traz com efeitos novas extinções” (1993, p.113).

O que se percebe, ao longo desse processo, é a homogeneização de uma concepção dominante imposta pela modernidade, onde o homem é colocado como conquistador, desbravador, senhor da natureza, autônomo e independente do meio

ambiente natural. Não devemos deixar de considerar que,

o homem, através de suas ações cotidianas, tem possibilidades criativas de adotar processos de construção de novas relações com a natureza, recompô-la onde for necessário, desfazer onde for preciso e, ainda, mudar radicalmente as relações de consumo e de produção que engendram a situação ambiental atual – atual padrão de alteração ambiental (BARRETO, 1999, p. 17).

Ao contrário, porém, o que se percebe é uma relação homem x meio ambiente hostil e dicotômica, resultando na exploração desmedida e ilimitada dos recursos naturais, com a finalidade primordial de atender as necessidades do modelo produtivo capitalista, calcado em bases lucrativas. A natureza é, portanto, reconhecida como objeto de consumo ou meio de produção.

Será que a humanidade caminha para o caos? Acreditamos que não; pois apesar da postura já referida, nas últimas décadas do século XX, surgiram contra discursos, tendo como bases os questionamentos ao paradigma da modernidade, as mudanças geopolíticas, a agudização das desigualdades sociais e da problemática ambiental. O risco da própria sobrevivência da espécie humana no planeta se coloca no epicentro dos debates sobre a relação homem/natureza.

Sobre esta questão Sachs faz um alerta dizendo: “os recursos não são mais considerados simplesmente sob o ângulo de sua disponibilidade imediata e de seu preço, mas de acordo com o postulado da solidariedade com as gerações futuras”. (1997, p.17)

É bem verdade que essa nova postura exige eficiente e eficaz inter-relação homem x natureza, pressupondo uma concepção do homem como parte do meio em que vive. Reforçando essa idéia, Engels afirma: “não podemos dominar a Natureza como o conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da Natureza; mas sim que lhe pertencemos” (1979, p. 43).

Na verdade, esta nova postura vai muito além dos movimentos ambientalistas das décadas de 1960 e 1970; dos grupos ativistas, particularmente os da Europa. Ao “apagar das luzes” do século XX, as inquietações com as questões ambientais contagiam a população, o cidadão em geral. Despertando a consciência de que os recursos naturais, mesmo abundantes, não são eternos e que seu uso indisciplinado pode levar à escassez. Essa já é uma preocupação de todas as nações, ricas ou pobres, adicionando um novo elemento à questão ambiental e econômica fundada no paradigma da sustentabilidade: a dimensão ética do desenvolvimento.

Uma indagação a mais transparece, no nosso estudo: como é percebida a sustentabilidade ambiental da área periférica do bairro Santo Antônio, na cidade de Mossoró-RN, segundo a realidade concreta dos dados captados? A resposta a esta e a

outras indagações é o objeto de interesse dos argumentos expostos a seguir.

A realidade apreendida sobre os efeitos impactantes no meio ambiente evidencia que apenas 31,7% da população pesquisada reconhece ter havido alterações, e 51,6% responderam não ter ocorrido alterações no meio ambiente após sua chegada ao bairro. Estes dados denotam uma certa fragilidade no seu nível de consciência ambiental acerca das transformações que ocorrem na natureza e dos “graves problemas ecológicos que já afetam a vida do nosso planeta e dos seus povos e que mais dramaticamente ainda passarão a afetar o nosso futuro, caso não se chegue, o mais rápido possível, a novas formas de relacionamento entre o homem e a natureza” (GIL apud RODRIGUES, 1997, p. 15).

Apesar dos sujeitos (51,6%) não perceberem a ocorrência de alterações no meio ambiente, afirmam que houve o aumento da construção de casas na área (15,7%), aumento do lixo (25,6%), dos insetos (25,6%) e da marginalidade (15,7%). Não seriam estes elementos indicadores de transformações ocorridas no meio ambiente?

Transparece, no cenário investigado, um ambiente agredido pela presença do lixo e pelo uso indevido do espaço/território. Esta realidade constitui-se apenas um dos vários exemplos da expropriação do homem de sua dignidade como fatores determinantes da relação devastadora do homem com o meio ambiente, demandando uma intervenção profissional interdisciplinar capaz de formar uma consciência ecológica e ambiental, de compromisso com a atual e com as futuras gerações, no sentido de recriar o ambiente de vivência e induzir o planejamento, execução e avaliação de políticas públicas ancoradas nos princípios da sustentabilidade ambiental e social.

4 CONCLUSÃO

As inflexões do processo de urbanização na vida social e na questão ambiental do município de Mossoró-RN foi questão central dos nossos estudos, apontando que o processo de urbanização está associado à pobreza e a exclusão social, fenômeno que provoca degradação da vida humana e destruição da natureza, consequentemente, o comprometimento dos ecossistemas devido a ausência de planejamento urbano que atenda as necessidades sociais, econômicas e culturais e a efetivação da cidadania. Induzindo dessa forma significativas reflexões a respeito da sustentabilidade local.

REFERÊNCIAS

- BARRÊTO, Taniamá Vieira da Silva. **O ensino da administração em enfermagem na formação do enfermeiro: da teoria à realidade.** 1996. 172p. Tese (Doutorado em Enfermagem) Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- BUARQUE, Cristóvão. **A desordem do progresso:** o fim da era dos economistas e a construção do futuro. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- CAVALCANTE, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza:** estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza.** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GIL, Gilberto. “Abre alas”. IN: RODRIGUES, Vera Regina (org). **Muda o mundo, Raimundo!:** educação ambiental no ensino básico do Brasil. Brasília: 1997.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Novell/Fundal, 1997.
- VEIGA, José Eli. A insustentável utopia do desenvolvimento. IN: LEVINAS, Lena et al. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1993.